

**DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE DO TURISMO:  
Preceitos da teoria da capacidade de carga turística**

**DEVELOPMENT AND TOURISM SUSTAINABLE:  
Precepts of the theory of Capacity of Tourism load**

**Jefferson Marçal da Rocha<sup>1</sup>**

**Resumo** - Neste artigo se analisa o preceito de gestão da denominada Capacidade de Carga Turística (CCT), na concepção de que o turismo só poderá se constituir em estratégia eficaz de desenvolvimento para as regiões e ou lugares, quando a preservação das bases ecológicas e os interesses sociais comunitários estiverem aliados às expectativas de ganhos econômicos. A CCT neste sentido passa a ser um importante instrumento de políticas públicas que definem os caminhos que o setor turístico deverá seguir, especialmente nas regiões com fortes atrativos naturais ainda preservados e geralmente, carentes de opções de desenvolvimento.

**Palavras-Chave:** Turismo Sustentável; Sustentabilidade; Capacidade de Carga.

**Abstract** - In this article one analyzes the rule of management of the called Capacity of Tourist Load (CCL). It follows the conception of that the tourism alone will be able to consist in efficient strategy of development, when preservation of the ecological bases and the communitarian social interests will be allies to the expectations of economic profits. The CCL in this direction is an important instrument that will be able to serve policies that will especially define the ways that the tourist sector will have to follow, in the regions with natural attractive forts, and, generally devoid of development options.

**Keywords:** Sustainable Tourism; Sustainability; Load Capacity.

---

<sup>1</sup> **Jefferson Marçal da Rocha** – Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Professor Adjunto da Universidade Federal do Pampa/RS.

## INTRODUÇÃO

O setor turístico tem experimentado nas últimas décadas um crescimento excepcional, é um dos setores da economia que mais cresce no mundo, em 2007 os turistas internacionais somaram mais de 900 milhões de pessoas, gerando uma receita cambial de mais de 856 bilhões de dólares.

No Brasil um dos principais destinos turísticos da América latina, os turistas estrangeiros passaram dos 6 milhões de pessoas, os ingressos de receitas foram de mais 5 milhões dólares, isto representa em torno de 26,88% da região, porém apenas 0,56% de chegadas do mundo, gerando empregos para quase 200 mil pessoas.

Este fluxo de pessoas intercambiando recursos financeiros, percepções de mundo, histórias etc., trouxeram repercussões econômicas, sociais, culturais e muito em especial ambientais, isto porque toda a atividade humana provoca de alguma forma, em maior ou menor grau, impactos aos recursos naturais.

O turismo por ser uma atividade ligada quase que exclusivamente a demanda por recursos locais (culturais, ambientais, etc.), tem sido nos últimos anos objeto de atenção em pesquisas que estudam as perspectivas sustentáveis do desenvolvimento.

Na perspectiva de que os recursos naturais de cada local deverão estar disponíveis com a mesma potencialidade ou até melhorados, numa expectativa mais otimista para as gerações vindouras, o setor turístico passou a buscar políticas e estratégias que racionalizem o uso dos recursos naturais dos destinos.

O conceito de turismo sustentável é relativamente recente. Durante as décadas “de ouro” de desenvolvimento do mundo ocidental, logo após o fim da segunda guerra mundial, as instituições relacionadas às questões ambientais não se ocuparam do setor turístico. Foi só no princípio da década

de 1990, com a crescente consciência mundial sobre os problemas ambientais, especialmente após a conferência sobre Meio Ambiente no Rio de Janeiro em 1992, que as instituições ligadas à gestão ambiental e de gestão turística, passaram a discutir propostas que aliassem interesses de demanda e oferta de bens turísticos com os de preservação dos recursos naturais.

Dois fatos de caráter internacional, ocorridos em um mesmo ano, 1995, marcaram esta nova fase: a publicação pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) do “Guia para um Turismo Ambientalmente Responsável”, documento que, pela primeira vez, trouxe um estudo prepositivo para compatibilizar os interesses do setor turístico com a preservação do meio ambiente; e a Conferência Mundial do Turismo Sustentável ocorrida na ilha de Lanzarote, que deu origem ao documento intitulado “Carta Mundial de Turismo Sustentável”, neste documento aparecem dezoito estratégias de gestão, dirigidos a todos os setores envolvidos com a atividade turística. À parte a generalidade e subjetividade das propostas destes dois documentos, estes seguem sendo um dos principais textos de reflexão sobre sustentabilidade turística.

Não obstante o setor turístico requer uma gestão integral, onde as estratégias de desenvolvimento coordenem-se com os objetivos de desenvolvimento social e econômico e ao mesmo tempo em que preservem os patrimônios históricos, artísticos, culturais e ambientais dos destinos. De forma que as gerações futuras de cada local possam desfrutar dos mesmos recursos que as gerações contemporâneas tiveram a sua disposição.

Na perspectiva de avançar mais pragmaticamente na questão da sustentabilidade para o setor turístico, este texto faz uma análise da proposta de “Capacidade de Carga” (CC) (*carrying capacity*), termo oriundo das ciências

naturais que procura medir a capacidade de suporte de recursos naturais das regiões. Ou seja, o quanto de habitantes uma região é capaz de suportar sem comprometer a manutenção dos seus estoques naturais.

Analogamente para o setor turístico, se pode considerar que a Capacidade de Carga Turística (CCT), significa o número de turistas que uma determinada região poderá comportar, considerando não só a capacidade de absorver um número de pessoas, mas também a infra-estrutura que deverá ser construída para recebê-los.

### **DO TURISMO DEPREDADOR AO TURISMO SUSTENTÁVEL**

A atividade turística é filha legítima da Revolução Industrial. Na sua fase moderna teve seu início como fenômeno de massa durante o século XVIII na Grã-Bretanha. O primeiro marco dessa fase foi à comentada viagem organizada por Thomas Cook em 1841, com o objetivo de levar de Londres até Longboroug (Inglaterra), 570 passageiros para um congresso. Este acontecimento marca o início da época moderna do turismo. Surge, assim, o turismo como uma atividade de negócio. A função de organizar o transporte, alojamento, lazer, etc., de pessoas de seus domicílios em outros lugares se torna um investimento (BARRETTO, 2004).

Dessa forma, sua característica sócio-econômica não foge muito à regra do processo de desenvolvimento dos demais setores produtivos, como a exploração dos recursos naturais e a utilização de trabalhadores e capital em vista da maximização de suas utilidades, ou, de outro modo, a busca de lucros diante dos capitais investidos. Barretto (2004, p.134) em seu trabalho sobre as relações entre visitantes e visitados, também vê “no turismo, velhos problemas que acompanham a história social da humanidade, como o colonialismo cultural e a xenofobia, em que as relações

interpessoais acabam seguindo a lógica mercantil, ou seja, são comercializadas como bem de consumo”. Assim o turismo tido *convencional*, enquanto um de seus segmentos econômicos, é por definição altamente consumidor de recursos naturais.

Durante boa parte do século XX houve uma profunda interdependência entre a atividade turística e os recursos naturais (FARIA e CARNEIRO, 2001). Somente entre as décadas de 70 e 80 do século XX, quando o modelo de desenvolvimento imposto à sociedade ocidental começa a ser questionado, não só por causar desajustes sociais - dividindo cada vez com mais profundidade as classes sociais, como os diagnosticados por Karl Marx ainda na metade do século XIX - mas também por causar males irreversíveis aos recursos naturais do planeta, é que cientistas intelectuais, políticos, pesquisadores, governantes, membros de organizações internacionais, etc. concluem que será impossível à grande maioria do planeta chegar a níveis próximos do desenvolvimento dos países ricos, sob pena de condenar a raça humana ao desaparecimento. Percebeu-se que a capacidade de carga da Terra está próxima de níveis insustentáveis (FARIA e CARNEIRO, 2001).

Nas últimas décadas do século XX, se percebe que o paradigma dominante do modelo tradicional de desenvolvimento está condenado ao fracasso. Com isso, surge a necessidade de sua substituição, renovação ou inovação, por outro patamar. Estava inaugurada, assim, a “era” denominada como do “Desenvolvimento Sustentável” (ROCHA, 2003; GUIMARÃES, 2001). A partir do novo paradigma conceitual de desenvolvimento, a atividade turística, inicialmente voltada ao turismo de massa – o famoso binômio sol e praia -, encaminha-se também para um novo tipo de valores e hábitos, em que os indivíduos procuram melhoria de qualidade de vida, incluindo a procura de recursos

naturais preservados, culturas diferenciadas, modos de vida peculiares, paisagens exuberantes, etc., enfim, tudo que os faça esquecer, por alguns momentos, a racionalidade urbano-industrial das grandes metrópoles.

Este turismo *alternativo* é visto como o oposto do turismo convencional, prejudicial ao meio ambiente e, muitas vezes, ao modo de vida local, pois se caracteriza pela tentativa de minimizar o impacto ambiental e sócio-cultural dos turistas em locais ainda pouco visitados (GENTA e ROCHA, 2005; BARRETTO, 2004; WAIBERG, 2003). Neste contexto a atividade turística passou a depender da qualidade dos recursos oferecidos, uma praia, por exemplo, mesmo de difícil acesso, poderá ser mais atrativa que uma próxima a zonas urbanas, visto que o turista passou a considerar fatores como: qualidade da água, ar, paisagem, etc., como atrativos importantes para seu lazer. A potencialidade de uma zona turística dependerá de um conjunto de fatores aliados e interdependentes, contudo uma das matérias-primas principais do setor será certamente a qualidade dos recursos naturais disponíveis.

#### TURISMO E SUSTENTABILIDADE

Já é quase senso comum entre os pesquisadores e gestores do setor turístico, que a sustentabilidade do setor deverá estar centrada em três pilares: o econômico, o sócio-cultural e o ambiental. Aqui se considera que estes pilares fazem parte de um mesmo contexto da vida humana em sociedade, e por isso devem ser mediados pela política. Ou seja, a sustentabilidade efetiva não deverá ser apenas uma busca estrategicamente definida por setores técnicos de gestão, mas sim mediada pelos interesses das populações a quem se destinam às políticas de desenvolvimento. Os fatores que envolvem estes três pilares passam a ser comentados a seguir.

**O pilar econômico:** O setor turístico é um significativo propulsor do crescimento econômico, em especial de países subdesenvolvidos, como os do continente Africano, Asiático e Sul americano, gerando no ano de 2007, 28,3; 188,9; e 171,2 bilhões de dólares, respectivamente, por isso é considerado nestas regiões como um importante componente na formação do Produto Interno Bruto (PIB).

Os benefícios econômicos da atividade turística se constituem basicamente em: b) **entrada de divisas**, contribuindo de forma importante na balança de pagamentos e no aumento do PIB dos lugares de destino; c) **oferta de emprego**, incrementando a oportunidade de jovens, especialmente no setor de serviços hoteleiros; d) **criação de novas empresas**, impulsionadas pela demanda externa, que passam a exigir uma maior diversificação de serviços e produtos, contribuindo assim para o surgimento de novas especialidades; e) **melhoria da qualidade de vida**, pela exigência de novas infra-estruturas, mais dinheiro em circulação e novas oportunidades sociais (LEA, 1998).

Contudo, neste íterim, há que se destacar também os percalços da atividade. O turismo pode também ser causador de sérios problemas econômicos, quando seus gestores não percebem que a atividade tem problemas como: a) **a estacionalidade**, pois cada região segue as “ofertas” climáticas naturais, como a temporada de praias, por exemplo; b) **a grande demanda por infra-estrutura e transporte**, causando conflitos entre a população local e os turistas; c) **o incentivo a monoatividade**, quando o turismo é visto como uma panacéia universal que serve para todos os lugares, impulsionando o abandono de certas atividades econômicas para a dedicação exclusiva a atividade turística, fator que traz enormes problemas socioeconômicos quando acaba o “ciclo” turístico do local; d) **o incremento da inflação**, pois a chegada de turistas com nível econômico mais alto,

aguça a ganância dos comerciantes locais causando; e) **a exclusão dos habitantes locais dos benefícios do turismo**, com a chegada de grandes redes hoteleiras, de alimentação, serviços, etc., e a contratação de profissionais especializados de fora da região. Assim, em muitas regiões, os benefícios econômicos do turismo ficam restritos a poucos e precários empregos para a população local e a um ínfimo incremento nas contas públicas, que não compensam os enormes custos de infraestrutura e investimentos (PÉREZ DE LAS HERAS, 2004).

**O pilar social:** Apesar de ser talvez o aspecto mais importante da sustentabilidade, o pilar social é muitas vezes o mais esquecido. As interações entre visitantes e visitados trazem modificações de conduta e trocas culturais que podem se repercutir por muitas gerações. Nesse aspecto, as regiões turísticas sofrem impactos que podem gerar problemas: a) **Urbanos:** congestionamentos dos centros urbanos, poluição atmosférica, consumo de drogas, prostituição, violência, alcoolismo, etc.; b) **neocolonialismo:** os visitantes interferem na pauta de conduta da população local, especialmente a jovem, que se vê motivada a abandonar costumes e tradições; c) **subempregos:** trabalhos esporádicos e de baixa remuneração, muitas vezes sem nenhuma garantia social; d) **comércio intensivo:** provocando o desgaste de culturas agrícolas e artesanais, pela intensificação da demanda turística (SORZABAL, 2000). Além de aspectos mais graves e de difícil mensuração como o aumento na circulação de drogas ilícitas e prostituição de adolescentes. Estes fatores levam, no seu extremo, a população local a desprezar a demanda turística, hostilizando os turistas e com isso provocando, em médio prazo, o fim do “ciclo turístico” daquela região.

**O Pilar ambiental:** A ideia de que o turismo seria uma panacéia para o desenvolvimento econômico das regiões descapitalizadas já não mais se sustenta. A “indústria sem

fumaça”, divulgada entre os anos 1950 e 1980, caiu por terra quando se descobriu que as atividades turísticas, como a maioria das atividades econômicas, também pode causar impactos importantes aos recursos naturais do planeta. Com um agravante de que os recursos naturais locais, na grande maioria dos casos, fazem parte da própria potencialidade turística da região, e, ao mesmo tempo são os primeiros a sofrer com o impacto da demanda.

De outra forma uma cidade praiana no Brasil que possui um fluxo turístico exponencial, tem como consequência natural um aumento de poluição atmosférica e resíduos fecais. Num ciclo este será mais tarde um dos principais responsáveis pelo fim da demanda turística local, pois qual será o atrativo em visitar uma cidade com uma atmosfera irrespirável? Ou quem irá frequentar uma praia com altos índices percentuais de dejeções em suas águas?

Sem embargo a pressão turística causa impactos ambientais dos mais diversos tais como: a) **destruição dos recursos naturais**, pelo uso excessivo e indiscriminado; b) **contaminação do solo, água e ar** com a construção de infraestrutura em regiões frágeis ambientalmente; c) **Consumo excessivo dos recursos energéticos**, com picos de demandas além da capacidade geradora local; d) **produção de resíduos** muito acima dos normalmente gerados pelas populações locais, com o uso de produtos descartáveis e não biodegradáveis; e) **contaminação acústica**, pelo ruído sonoro e os meios de transporte dos turistas; f) **contaminação paisagístico-arquitetônica**, com a construção de prédios muito altos e ou que não se integram à paisagem local, oriundos de outras formas de vida (FULLANA, 2002).

Contudo, numa visão otimista, a atividade turística pode se constituir também em uma importante aliada na preservação ambiental, pois em regiões deprimidas economicamente e com recursos naturais excepcionais,

poderão se constituir em destinos turísticos com demandas criteriosas que servirão para conscientizar o cidadão urbano-industrial da importância de proteger o meio ambiente. Para isso é preciso que população local tenha consciência da importância destes recursos para os moradores que estarão ali no futuro. Com isso as estratégias turísticas serão por priorizar a atração de turistas que possuem clareza da importância social, ambiental e econômica da sua atividade.

### **CAPACIDADE DE CARGA TURÍSTICA (CCT)**

Um dos aspectos menos considerados nos projetos convencionais de desenvolvimento da atividade turística é a Capacidade de Carga (CC) da região, isto porque na maioria das vezes os gestores políticos do desenvolvimento desconhecem e ou desconsideram que a demanda turística requer novos equipamentos, infra-estrutura, logística, pessoal, etc., além de causar fortes impactos nos recursos naturais e nas estruturas sociais de convivência.

Antes de qualquer projeto turístico é preciso responder dois tipos de questões: primeiro, as interrogações de **ordem sócio-político-ambiental**: A sociedade local está disposta a conviver com turistas? Os recursos naturais da região serão preservados com a demanda turística? Em caso destas respostas serem positivas, duas de **ordem de gestão econômica**: Com a infraestrutura existente quantos turistas a região consegue absorver? Como serão realizadas as construções de novos equipamentos e infraestruturas, caso aumente a demanda turística?

O Programa para Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) define Capacidade de Carga (CC) como: “el máximo número de personas que pueden visitar un lugar al mismo tiempo, sin causar daños físicos, económicos, socioculturales e ambientales, así como un inaceptable descenso de la satisfacción de los visitantes” (PÉREZ DE LAS

HERAS, 2004, p.83). Na realidade este conceito procede da zoologia para definir o número de animais que podem conviver em um mesmo ecossistema sem destruí-lo. Analogicamente para o setor do turismo o “numero de animais” foi cambiado para “número de pessoas” que poderão estar em um mesmo enclave ao mesmo tempo.

O uso das ferramentas teóricas da CC para o turismo começou com êxito relativo na ordenação recreativa e turística das áreas naturais protegidas. De um modo geral os estudos sobre a capacidade de carga dos espaços turísticos e recreativos foram estabelecidos a partir de uma dupla perspectiva: de um lado os planejadores sociais, que procuraram estabelecer padronizações de uso, baseados em analogias com regiões semelhantes criando assim números de “usuários ideais”, e de outro os ecólogos que centraram suas atenções em análises dos efeitos físicos, que a atividade turística supostamente causaria ao meio ao qual se assentaria.

Mais recentemente alguns estudos têm utilizado o conceito de CC, para abordagens sob o ponto de vista da reação psicológica, tanto dos habitantes locais como dos turistas, frente a fenômenos como: perda da privacidade, novos valores culturais, aglomeração, entre outros. Na tradução em termos de satisfação ou insatisfação da experiência turística. Estes fatores, no seu conjunto formam a CCT.

Rosemary Burton (1975), em sua pesquisa no parque Cannock Chase, Staffordshire, na Grã-Bretanha, reconheceu três fatores a serem considerados na CCT: *capacidade de carga ecológica* (CGE), *capacidade de carga paisagística* (CCP) e *capacidade de carga perceptual* (CCp). Na CGE, o objetivo é identificar e valorar os câmbios produzidos no ecossistema como consequência do uso dos espaços para fins recreativos. Deixando de lado fatores subjetivos, tão comuns neste tipo de análise, e de difícil comparação. Burton (1975) utilizou-se de fatores objetivos

como, por exemplo, o impacto que o pisoteamento provoca nas comunidades vegetais rasteiras e sobre a estrutura dos solos. Em outros termos, refere-se à quantificação objetiva da intensidade de uso, pelo número de usuários na qual a deteriorização ambiental se torna irreparável ou de difícil reparação. Neste aspecto a CCE serve para considerar a degradação ecológica aceitável, fixando assim uma quantidade máxima de usuários que não ultrapasse os níveis estabelecidos para a reparação.

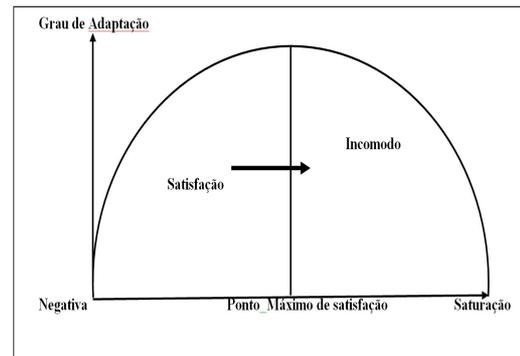
A capacidade paisagística pode ser considerada como a potencialidade da paisagem para absorver o uso recreativo prazeroso, ou a capacidade do local em “esconder” os visitantes. A teoria é que a paisagem é o fator mais importante de visitação, por isso este fator dependerá da amplitude das perspectivas visuais e do tipo de vegetação. Assim em zonas com um relevo montanhoso e vegetação arbórea abundante, há uma maior capacidade de absorver turistas que um terreno plano com vegetação rasteira.

Por último a CCp parte da concepção que o grau de saturação de um recurso se relaciona diretamente com a qualidade da experiência recreativa proporcionado por ele, na certeza de que a medida que aumenta a intensidade de uso de um determinado recurso diminui o grau de satisfação obtido pelo usuário. Neste aspecto há que observar, que o grau de concentração percebido como nocivo varia substancialmente em função das características pessoais dos turistas.

Baseado em pesquisas sobre o evento turístico, Wonlwill 1966 In: Cerro,1993, afirma que os indivíduos preferem ambientes de recreação e ócio não muito diferentes dos encontrados em seu cotidiano. Há um Grau de Adaptação (GA) a novas situações, que varia positivamente até um determinado nível, após reverte-se negativamente para situações de incomodo. Assim: “El nivel de capacidad perceptual vendrá definido por un

punto a lo largo de la escala de intensidad de uso o, dicho de otro modo, del grado de concentración, en el que una proporción importante de los usuarios empiezan a percibir el lugar como saturado”(CERRO,1993,p. 27).

Graficamente se pode representar este fenômeno:



Fonte: Construção própria a partir de Cerro,1993

### GRAU DE ADAPTAÇÃO PERCEPTUAL

$$CCT = \frac{ATUT}{PACT}$$

**Limitação da Capacidade de Carga: a “cifra mágica”:** Para Heras, 2004 os limites de uso dos espaços turísticos deverão ser dados por uma “cifra mágica”, construída a partir das ferramentas da CCT. Ou seja, matematicamente pode-se definir o número de turistas, muito aproximado do ideal. Esta fórmula é teoricamente muito simples, pois é o resultado da divisão da Área Total de Usufruto Turístico (ATUT) pelo Porcentual de Área Necessária para Cada Turista (PACT).

Existem muitas variações desta equação, a mais comum é a utilizada para se definir as visitas diárias de uma determinada área em específico, nesta multiplica-se a capacidade de carga (CC) pelo coeficiente de rotação de indivíduos, ou seja, para se encontrar o total

ideal de visita ao dia (TV), deve-se multiplicar a capacidade de carga (CCT) pelo coeficiente de rotação (CR):  $TV = CCT \times CR$ . Por sua vez o CR é o resultado da divisão do número de horas em que o local está aberto (HA), pelo número de hora em média que cada pessoa permanece no local (PPL):

$$CR = \frac{HA}{PPL}$$

É evidente que, em teoria, as fórmulas matemáticas funcionam elegantemente, mas na prática há muitos fatores que influenciam seus resultados, nem por isso deixam de se constituírem ferramentas importantes, porém deve-se considerar que outras áreas do conhecimento precisam ser levadas em conta, sob o risco de um desvirtuamento muito grande dos resultados. Com isso a participação multidisciplinar se tornou imprescindível nas avaliações da CCT, isso porque se deve entender que a realidade que envolve os espaços turísticos abrange fatores como: tamanho da área, espaço destinado à visitação, fragilidade do ecossistema, número de espécies vegetais e animais, distribuição das espécies pelo ecossistema, “corredor” das espécies animais, topografia, vegetação, comportamento das espécies animais na presença de pessoas, percepção dos visitantes, disponibilidade de infraestrutura, oportunidade paisagística e muitos etc e etc mais.

Devido a estes vários fatores, muito deles alicerçados em bases de subjetivas, é lógico que o “número mágico” da CCT, é uma cifra passível de contestação. Contudo, uma vez realizado estes estudos, se pode chegar a conclusões importantes como: a zona de estudo se mostra extremamente delicada e não suporta o acesso de pessoas sem custos insustentáveis para os recursos naturais, ou que a infraestrutura oferecida ao turista não condiz com o bem estar

normalmente exigido, ou as espécies animais não oferecem a segurança necessária aos visitantes, ou ainda, delimitar dentro de uma mesma área, os locais onde se podem permitir atividades turísticas.

Assim esses fatores, ou individualizados, ou nos seus somatórios, se constituem em estratégias de gestão de atividades turísticas, inclusive como forte componente para políticas limitantes. Esses limitantes seriam aqueles elementos que “ya sea ecológico, social, psicológico, político o de infraestructura que delimita en mayor medida la actividad turística, pues sin tenerlo en cuenta, la actividad no se puede llevar a cabo sin perjudicarlo” (PÉREZ DE LAS HERAS, 2004, p. 87). Além disso, o “número mágico” da CCT, mesmo ainda teoricamente impreciso, serve para que se adotem políticas que evitem que espaços ambientalmente sensíveis “entrem em carga”, ou seja, sejam tão irracionalmente utilizados que já não servem mais as atividades turísticas, ou não se tornem destinos menos apreciáveis.

**Problemas nas análises da Capacidade de Carga Turística (CCT):** A definição da CCT para um destino turístico não é uma tarefa muito fácil. Este conceito é relativamente novo nas ciências sociais. Mesmo em países desenvolvidos, como na Espanha, por exemplo, na maioria das regiões este estudo nunca foi feito (PÉREZ DE LAS HERAS, 2004). Os problemas para a definição da CCT se deve, basicamente, a dois aspectos: o político-econômico e o técnico.

**Aspecto político econômico:** O primeiro fator é o desfoque do que verdadeiramente representa a CCT. Nos últimos anos, por exemplo, em alguns países pobres, como da República Dominicana, Zanzibar e Jamaica a interpretação da CCT é dada apenas pelo número de camas nos “resorts”, e geralmente estas dificilmente ficam saturadas. Neste caso, quando o número de camas aproxima-se da saturação os

empresários tratam de aumentarem a oferta. Esta interpretação do que efetivamente representa a CCT, geralmente, levam a saturação turística do destino e/ou ao desgaste irreversível dos recursos naturais (HERAS, 2004).

O segundo fator é a implantação da política em áreas em que o turismo já está consolidado como importante setor da economia. O maior problema para a definição do CCT, nestas regiões, é definir limitações de visitantes. Pois a redução do número de turistas supõe uma diminuição nos ingressos de divisas, fato que causa uma forte rejeição, principalmente dos empresários e dos governantes municipais. Neste caso o desfoque desta concepção economicista é não considerar, que em muitos casos, quanto mais difícil é o acesso a um lugar, mais interesse se tem em conhecê-lo, o que pode se constituir uma boa estratégia de marketing<sup>2</sup>.

**Aspecto técnico:** As dificuldades técnicas para a definição do CCT seriam basicamente três: dificuldade de encontrar técnicos especializados para a realização dos estudos, com base científica rigorosa e sensibilidade política; tempo necessário para realizá-lo a bom termo, pois em muitos casos a definição da CCT pode levar décadas; e recursos financeiros para as despesas de equipamentos e honorários, o que nem todas as regiões podem suportar. Estes fatores são mais visíveis nos países em desenvolvimento, onde a exploração turística é vista como uma panacéia econômica de retorno imediato e os recursos públicos destinados ao setor são escassos.

Também se deve considerar como um problema importante, que em muitos casos,

---

<sup>2</sup> Um exemplo desta estratégia é o ocorrido na Reserva da Biosfera de Muniellos, en Cangas del Narcea, Província de Asturias, na Espanha, no princípio da década de 1990, onde a limitação da CCT a um número relativamente reduzido de pessoas diárias, que a princípio pareceu um problema para os habitantes da região, se constituiu em um importante fator de valorização (PÉREZ DE LAS HERAS, 2004).

os especialistas que realizam estas análises são procedentes de países ricos, com mentalidade, ideologia, forma de trabalhar e parâmetros de desenvolvimento muito distantes das realidades locais dos países pobres. Este desfoque pode ser o principal empecilho de confiabilidade do número encontrado nos estudos científicos da CCT, fazendo com que a população local não o respeite. Para que o “número mágico” da CCT seja definido a bom termo, e tenha respaldo social, a participação comunitária é imprescindível, pois toda a decisão técnica deve estar consolidada em uma construção política.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Já faz alguns anos que pesquisadores ligados à problemática socioambiental, denunciaram a atividade turística como uma “indústria” que consome recursos, modifica ecossistemas, ameaça a flora e a fauna ao mesmo tempo, que provoca exclusão social, desaparecimento de tradições, prostituição, drogas, etc., em muitos casos condenando, em poucos anos, ao desaparecimento dos benefícios econômicos otimistamente consagrados no curto prazo. Com isso, o turismo sustentável se assenta nos mesmos três fatores sugeridos pelo Desenvolvimento Sustentável, ou seja, a busca por uma racionalidade que possa convergir aos interesses econômicos, sociais e o ambientais. De uma outra forma, seriam estratégias e políticas de desenvolvimento e de gestão dos recursos de uma região de maneira que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas, mantendo-se a integridade cultural, os recursos ecológicos, a diversidade biológica e os interesses sociais das comunidades e dos turistas.

Turismo sustentável, não pode ser confundido - apesar de haver muitas bibliografias errôneas que o confundem com ecoturismo, turismo rural, turismo fotográfico etc. - com turismo em espaços naturais, que

mantenham peculiaridades especiais e requeiram preservação, mas sim como um objetivo em todos os tipos de turismo: cultural, desportivo, sol e praia, náutico, de congressos, etc., e a todos os setores implicados: alojamento, transporte, agentes de viagem etc. Neste sentido é importante encontrar políticas de gestão que contemplem os interesses de todos os agentes implicados.

Com isso o estabelecimento da CCT, o “número mágico”, torna-se um instrumento importante no auxílio de decisões políticas visando à melhoria da qualidade de vida da população local, a preservação dos recursos naturais e o bem estar do visitante. Contudo este número deverá ter, além dos preceitos técnicos claramente delineados, uma prospecção política intimamente ligada aos interesses das populações locais, sob pena de se encontrarem números que poderão se tornar um empecilho a um turismo efetivamente sustentável.

#### REFERÊNCIAS

- BARRETTO, M. Relações entre Visitantes e Visitados: um retrospecto dos estudos sócio antropológicos. In: **Turismo em análise**. v. 15, n.2, São Paulo: CRP/ECA/USP: Aleph: Novembro, 2004, p. 133-149
- BURTON, R.C. **La cabida del campo para el recreo**. Madrid: Ministerio de Agricultura, Monografía 3: INCN, 1975.
- CERRO, F.L. **Técnicas de Evaluación del potencial turístico**. Madrid: MICT, 1993
- DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.
- FARIA, D.S. e CARNEIRO, K.S. **Sustentabilidade ecológica no turismo**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.
- FULLANA, P. **Turismo Sostenible**. Barcelona: Rubens Editorial, 2002.
- LEA, J. **Tourism and Development in the Third World**. London, New York: Routledge, 1988.
- GENTA, M.M.P, ROCHA, J. A Contabilidade ambiental como instrumento de gestão turística: o caso da hotelaria de Caxias do Sul. In: BARRETTO, M. (Org.). **Anuário de Pesquisa do Programa de Mestrado em Turismo**. 1 ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2008, v. 1, p. 117-127.
- GUIMARÃES, R. A ética da sustentabilidade e a formação de políticas de desenvolvimento. In: VIANA, G. e SILVA, M. (Org.) **O desafio da Sustentabilidade**: Um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. p. 43-72.
- MINISTÉRIO DO TURISMO DO BRASIL. Estatísticas Básicas de Turismo. Brasil. Setembro, 2008. Acesso em 28-01-2011  
[http://www.braziltour.com/site/arquivos/dados\\_fatos/estatisticas\\_basicas\\_do\\_turismo/estatisticas\\_basicas\\_do\\_turismo\\_brasil\\_2003\\_a\\_2007\\_fonte\\_02set2008\\_internet.pdf](http://www.braziltour.com/site/arquivos/dados_fatos/estatisticas_basicas_do_turismo/estatisticas_basicas_do_turismo_brasil_2003_a_2007_fonte_02set2008_internet.pdf)
- PÉREZ DE LAS HERA, M. **Manual del Turismo sostenible: como conseguir un turismo social, económico y ambientalmente responsable**. Madrid, Barcelona, México: Mundi-prensa, 2004.
- ROCHA, J.M. As limitações disciplinares diante da problemática ambiental: os novos pressupostos da ciência. IN: **REDES**. v. 7 n.1. Santa Cruz do Sul-RS: jan/abr, 2002, p. 35-50.

SORZABAL, A. A. Turismo y estrategias sostenibles en las ciudades histórico-culturales. *In.:* **Destinos Turísticos- Jornadas sobre la Gestión del turismo en el tercer milenio**. San Sebastián: Universidad de Deusto, 2002.

WAINBERG, J.A. O movimento Turístico: Olhadelas e suspiros em busca da singularidade alheia. *In.:* GASTAL, S. e CASTROGIOVANNI, A.C. (orgs.) **Turismo na Pós-Modernidade (Des) inquietações**. Porto Alegre: Edipurs, 2003, p.9-20.